

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS A EAD: EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

Geruza Helena Pimenta Samaritano*
helen_a_unir@hotmail.com
Sabrina Matiello**
Ssa_matiello@hotmail.com
Carlos Alberto Marinheiro***
marinheiro@claretiano.edu.br

RESUMO

Uma das principais características da sociedade brasileira é a disparidade de oportunidades sociais e educacionais. Nesse sentido, a educação a distância aliada ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), representa uma inovação para suprir algumas carências na educação, relacionadas ao acesso à escolaridade. Dentro desse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar como as tecnologias digitais aplicadas na modalidade de Educação a Distância (EAD) podem contribuir para uma educação mais inclusiva para as camadas sociais menos privilegiadas. Constatou-se que o uso das TICs na EAD oferece a oportunidade de estudar e interagir, possibilitando uma boa formação profissional, derrubando barreiras geográficas e beneficiando aqueles que moram em regiões distantes. Percebe-se ainda que o uso das TICs proporciona a difusão social da informação e transmissão de conhecimentos à sociedade, podendo ser um poderoso meio de melhorar a qualidade e ampliar as possibilidades de acesso ao ensino.

Palavras-chave: educação a distância; tecnologias digitais; inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos os indicadores sociais do Brasil, é possível perceber que as desigualdades sociais em nosso país ainda são muito grandes. As principais dificuldades enfrentadas pelas classes vulneráveis são a carência no acesso à saúde, segurança, moradia e educação. O direito à educação não pode depender de idade, cor, raça ou classe social, porém, os investimentos públicos nessa área tendem a se concentrar em determinadas regiões, fato que reforça os polos de desenvolvimento existentes e, ao mesmo tempo, contribui para o empobrecimento das regiões periféricas (SOUZA, 2005).

Em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, a concentração de pessoas é menor, o que torna inviável, dentro do nosso modelo capitalista de desenvolvimento, a instalação de faculdades e centros educacionais, tornando os indivíduos que residem nessas localidades

* Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduação em Planejamento, Implantação e Gestão em EAD pelo Centro Universitário Claretiano.

** Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia.

*** Graduação em Pedagogia e licenciatura plena em Matemática pelas Faculdades Claretianas de Batatais. Mestrado em Bioengenharia pela Universidade de São Paulo.

ainda mais suscetíveis à exclusão social. A região Norte abriga um amplo número de comunidades com características geográficas e socioculturais diferentes. Devido à imensa extensão territorial e a dispersão de pessoas, o acesso à educação na região Amazônica pode ser considerado um tanto restritivo. Na busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, muitas pessoas são excluídas pela falta de formação profissional, pois, o mercado de trabalho exige profissionais cada vez mais preparados e qualificados. Tendo em vista que muitos trabalham fora e ainda tem casa e filhos para cuidar e, muitas vezes, ainda moram longe de uma universidade, acabam deixando o anseio de uma vida melhor e com mais chances em segundo plano, devido a distância e a falta de tempo para se dedicar aos estudos.

Desta forma, a educação é apontada como o meio eficaz para reverter essa dura realidade, sendo considerada a solução para uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a educação a distância (EAD), tem se destacado pela possibilidade de ampliar a oferta de oportunidades, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas economicamente possam participar do sistema formal de ensino (MAIA; VIDAL, 2010).

Dentro desse contexto, o que se defende neste trabalho é a ideia de que as tecnologias digitais aplicadas ao EAD são excelentes ferramentas para inclusão social e educacional, para as camadas sociais menos privilegiadas. O objetivo desta pesquisa é investigar de que forma as tecnologias digitais aplicadas a educação a distância, podem contribuir para uma educação mais inclusiva. A pesquisa tem caráter exploratório e para a realização deste artigo, a metodologia utilizada foi à consulta em artigos, livros, teses e dissertações, etc.

O presente trabalho está disposto da seguinte maneira: inicialmente introduzimos o conceito de EAD e suas principais características, em seguida um breve resgate histórico dessa modalidade de ensino, destacando o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), demonstrando de que forma a EAD pode contribuir para uma educação mais inclusiva em nosso país.

2 O QUE É EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA?

Educação a distância é uma modalidade de ensino e um meio de acesso à informação, para aqueles que não podem frequentar, presencialmente, um curso universitário ou de formação continuada. A separação física, no tempo e no espaço, entre professores e

estudantes exige o uso intensivo de tecnologias, autoaprendizagem e autonomia do estudante (BELLONI, 2002).

A palavra teleducação ou “educação a distância” vem do grego *tele* (longe, ao longe) e significa que os professores e alunos permanecem em ambientes e horários distintos e são intermediados através de recursos tecnológicos, podendo desenvolver atividades presenciais como provas e apresentações de trabalho e outros momentos de contato em conjunto. Em alguns cursos o encontro presencial não ocorre, ou seja, a aprendizagem é exclusivamente mediada pela tecnologia. A EAD pode englobar aulas e atividades presenciais, semipresenciais e Educação a Distância (virtual) (HERMIDA, 2006).

A educação a distância no Brasil foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996), pelo Decreto n.º 2494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. DE 11/02/98), Decreto n.º 2561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U. de 28/04/98) e pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U. de 09/04/98). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 incentiva a modalidade de educação a distância, a qual vem sendo desenvolvida em maior parte pela iniciativa privada, tornando-se a modalidade de ensino que mais cresce no país. A EAD apresenta como fundamento os princípios da flexibilidade e da avaliação, o do respeito às iniciativas inovadoras, facultando a abertura de instituições e cursos em caráter experimental (MUGNOL, 2009).

A Educação a Distância também pode ser definida como:

O processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CDROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes (MORAN, 2002, p. 1).

Nessa modalidade, o processo de ensino e aprendizagem ocorre em ambientes que transcendem o espaço da sala de aula tradicional e a relação face a face entre professores e alunos muitas vezes não acontece (OLIVEIRA; SANTOS, 2011). Uma das características da educação a distância é a utilização de material auto instrucional, forçando o aluno a estudar por conta própria e aprender a instruir-se, desenvolvendo aptidões de independência, iniciativa e empoderamento. Esse esforço de aprendizagem proporciona autonomia e o autodidatismo, que juntos norteiam a aprendizagem (MAIA; VIDAL; 2010). O público do ensino a distância não é convencional, pois, geralmente trabalha com estudantes adultos,

populações de áreas de povoadamentos dispersos que se encontram distantes de instituições de ensino, bem como pessoas com deficiência física que não podem deixar suas casas, permitindo que as diferenças individuais sejam respeitadas e que as preferências por tempo e local para estudo possam acontecer sem prejuízos para a aprendizagem (FORMIGA; LITTO, 2009).

A educação a distância demanda uma responsabilidade maior do aluno, pois, este deve redobrar seus esforços para alcançar um nível significativo de aprendizagem. As principais vantagens deste modelo de ensino são: interatividade, flexibilidade de horário e autossuficiência (o aluno pode definir seu próprio ritmo de estudo). Os conteúdos são selecionados e os alunos são orientados como devem prosseguir os estudos. Os programas de EAD contêm uma proposta didática que põe em pauta a necessidade que se deve dar à construção, ao intercâmbio e a divulgação do conhecimento (HERMIDA, 2006).

A excelência de um sistema de ensino está nas instituições educativas e em seus aprendizes, ou seja, a eficácia está na interatividade, no interesse e no esforço pessoal, seja no curso presencial ou a distância. Assim sendo, a EAD e a educação presencial não devem ser vistas como formas de educação adversas, mas sim como modalidades com particularidades e características diferentes, que não são excludentes e que podem ser forças complementares de ensino (MATIAS-PEREIRA, 2008).

3 RESGATE HISTÓRICO DA EAD

A invenção da escrita permitiu que as pessoas registrassem o que antes só podiam dizer. Antes do aparecimento das contemporâneas tecnologias digitais, o livro foi a técnica mais importante na área de EAD. Depois do aparecimento dos sistemas postais modernos, ágeis e confiáveis, o livro tornou-se o foco do ensino (DORNELLES, 2001). Nos primórdios, os cursos a distância eram oferecidos através de correspondências e tinham como intuito expandir os ensejos educacionais, permitindo que as camadas sociais menos favorecidas economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, especialmente da educação básica, pois, as preocupações iniciais da EAD estavam focadas neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho (MUGNOL, 2009).

A educação a distância surgiu no Brasil em 1904, quando Escolas Internacionais lançaram alguns cursos por correspondência. A partir de 1930 a EAD obteve mais ênfase e passou a ser utilizada para tornar o conhecimento acessível às pessoas que conviviam em

áreas isoladas ou não tinham condições de frequentar o ensino regular no período habitual (HERMIDA, 2006). Na década de 80: a Universidade de Brasília cria os primeiros cursos de extensão a distância. Na década de 90, com a disseminação das tecnologias de informação e de comunicação, começam a surgir programas oficiais e formais de incentivado à EAD. Em 1996 a lei de diretrizes e bases da educação nacional, dedica o artigo 80 a educação a distância. Nesse mesmo período o Ministério da Educação institui a Secretaria de Educação a Distância em sua estrutura interna (FRANCO, et al., 2009; MUGNOL, 2009).

A educação a distância teve grande impulso com a origem do telégrafo, do rádio e do telefone. Estes equipamentos caracterizaram o início da era dos meios modernos de comunicação. A EAD ficou mais conhecida no Brasil por meio de projetos de ensino supletivo via televisão e fascículos, adquirindo popularmente o significado de “educação pela televisão” (HERMIDA, 2006).

Logo após, com o aparecimento do computador, ocorreram mudanças não só na distribuição, mas também, na forma de mediação, pois, a tecnologia possibilitou o rápido transporte da palavra escrita. A popularização do computador e da internet proporcionou novas perspectivas, constituindo-se em ferramentas importantes para a contínua evolução da EAD, sobretudo, após a segunda metade do século XX (MUGNOL, 2009).

De acordo com Dornelles (2001, p. 4), o primeiro computador foi criado em 1946, mas somente por volta do final de 1977, que eles começaram a ser vistos como tecnologia educacional. A Internet, apesar de ter sido criada em 1969, servia apenas à comunidade acadêmica e só explodiu no mercado quando foi aberta para uso comercial. O avanço tecnológico possibilitou redesenhar aspectos estagnados na EAD, que até o final do século XX, baseava-se fundamentalmente em materiais impressos, enviados aos educandos. Com o passar do tempo percebeu-se que era fácil trocar informações entre os computadores e descobriram que era possível a formação de redes que podiam interligar pessoas de todo o planeta por meio da internet.

4 AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) compreendem todas as atividades desenvolvidas pelos recursos da computação. A informática é uma linguagem simbólica em larga escala de transmissão, que proporciona a difusão social da informação, transmitindo conhecimentos à sociedade. As TICs na educação envolvem um conjunto de recursos não

humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, organizados num sistema capaz de executar um conjunto de tarefas (SOUSA et al., 2011).

Tecnologias como softwares e hardwares, têm servido como auxílio, conferindo maior autonomia pela busca da formação do estudante (SILVA, 2011). Os diversos recursos, mídias, linguagens devem estar em ambientes facilitadores da aprendizagem, a serviço da auto formação de alunos que devem ter nos professores parceiros-orientadores neste processo (VIANNA, 2009).

A internet é o recurso mais utilizado na EAD, pelo fato de proporcionar mais recursos para comunicação tanto assíncrona quanto síncrona. As novas tecnologias permitiram um ambiente de estudos onde os participantes podem se relacionar e trocar informações, facilitando a realização de conferências eletrônicas envolvendo componentes audiovisuais e textuais (DORNELLES, 2001).

Os ambientes de estudo, também chamados ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), devem suprir as necessidades de interação e integrar os recursos que serão utilizados. Para o Ministério de Educação e Cultura, os AVAs são:

[...] programas que permitem o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato web. Dentre esses, destacam-se: aulas virtuais, objetos de aprendizagem, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais (webquest), modeladores, animações, textos colaborativos (wiki) (BRASIL, 2007, p. 11).

O correio eletrônico, também conhecido como *e-mail*, permite que as pessoas se comuniquem com extrema rapidez, enviando e recebendo mensagens de acordo com sua disponibilidade de tempo, transferindo arquivos assincronamente, funcionando como uma caixa postal. No caso da educação a distância, é usado tanto para a comunicação individual entre professor e aluno, como também para a comunicação entre um grupo de pessoas através da criação de uma lista de correio eletrônico, contendo, por exemplo, o endereço eletrônico de todos os alunos de uma disciplina, permitindo que todos recebam as mensagens. Os *chats* (salas de bate-papo) são aplicações que facilitam a comunicação simultânea entre várias pessoas, pois, ao entrar em um *chat*, o usuário verá em sua tela exatamente o que outras pessoas estão digitando naquele momento, e discutem em tempo real assuntos de interesse comum. Já os fóruns, são grupos de discussão abertos em que pessoas podem compartilhar informações, tirar dúvidas e dar opiniões. Um *chat* não deve ser confundido com o *e-mail* e o fórum, pois neles, a conversa é toda feita *off-line* (DORNELLES, 2001).

5 INCLUSÃO SOCIAL PROPORCIONADA PELAS TICs NA EAD

Uma das principais características da sociedade brasileira é a disparidade de oportunidades sociais e educacionais, onde muitas vezes a classe popular fica a margem do sistema de ensino, alguns porque apresentam deficiências físicas, outros porque não conseguem conciliar trabalho e estudo ou ainda residem em localidades de difícil acesso (MENDES, et al., 2011).

A educação deveria guiar-se pelo princípio da inclusão por meio da expressão das diferenças e não de homogeneização das mesmas (COSTA et al., 2013). O Plano Nacional de Ensino - PNE cita que as desigualdades regionais e os *déficits* educativos são tão elevados, que “os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia” (BRASIL, PNE, 2001, p. 49).

A educação, tendo como suporte as tecnologias, é um movimento educativo e cultural que busca a completude do ser humano, dentro dos moldes do pensamento equânime. A Educação a Distância busca promover a inserção social dos indivíduos pela disseminação de meios de democratização do conhecimento, elevando os índices de escolaridade e oferecendo uma educação de qualidade para aqueles que não tiveram acesso ao ensino (SOUSA et al., 2011).

Segundo Dornelles (2001), a educação a distância é “uma inovação educativa que tem por objetivo maior gerar condições de acesso à educação para todos aqueles que, por um motivo ou outro, não estejam sendo atendidos satisfatoriamente pelos meios tradicionais de educação”. A EAD, aliada às inúmeras possibilidades do mundo virtual, pode significar a melhoria da qualidade da educação, pois, juntas ampliam as possibilidades de ensino, apresentando-se como ferramentas que podem suprir uma demanda social por educação, devido o grande universo de pessoas dispersas geograficamente que atendem, onde universidades e centros educacionais dificilmente se instalam, por não ser atrativo do ponto de vista do lucro (MATIAS-PEREIRA, 2008).

A educação a distância (EAD), pode colaborar no sentido de suprir algumas carências na educação, devido aos contextos sociais em que as pessoas se encontram, tornando o ensino mais abrangente, otimizando o processo de ensino aprendizagem, diminuindo as desigualdades, já que atenta para as particularidades dos alunos (características pessoais, socioeconômicas e culturais), oportunizando flexibilidade de tempo e de espaço para

cumprirem as tarefas de acordo seus próprios interesses, anseios e necessidades (VIANNA, 2009).

A EAD apresenta-se como uma ferramenta democrática e inclusive, estimulando a aprendizagem interativa, aumentando as possibilidades de inserção do cidadão brasileiro no universo do saber epistemológico de forma quase igualitária. Para a EAD não existem barreiras para o acesso ao conhecimento científico quanto ao espaço geográfico, aspectos físicos, econômicos e sociais, fato que exclui os mais carentes do processo de escolarização (MENDES et al., 2011; SILVA, 2009). Este modelo de ensino tem facilitado a disseminação do ensino superior pelos interiores mais longínquos do Brasil:

Enquanto as instituições de ensino superior, na modalidade presencial, concentram-se em cidades de grande e médio porte e os estudantes devem deslocarem-se a ela, até pela estrutura física e de recursos humanos necessários ao seu funcionamento, no ensino à distância percebe-se um movimento de horizontalização da rede de educação de ensino superior. Ela vai espalhando seus tentáculos superando as barreiras físicas, geográficas, sociais, econômicas e culturais. Ultrapassando rios, florestas, estradas alagadas, secas, IDHs baixos e todas as diversidades de obstáculos antes intransponíveis à educação superior. Além das capitais, as cidades mais confinadas e isoladas do Brasil possuem hoje cursos superiores na modalidade à distância (CORTINHAS, 2008, p. 7).

O papel da EAD tem sido expressivo também na formação continuada de docentes e no processo de inclusão de pessoas com deficiência (RODRIGUES; CAPELLINI, 2012). Conforme Dallabona (2011), o uso de tecnologias e a presença da professora-ledora, facilitam o processo de ensino-aprendizagem e de inclusão dos acadêmicos com deficiência visual na educação a distância.

Uma pesquisa realizada por Luz (2012), enfatiza uma característica interessante sobre o perfil dos acadêmicos em EAD: é predominantemente composto por mulheres trabalhadoras de classe baixa, maiores de 30 anos, casadas e com filhos. Certamente a flexibilidade de estudo, o valor acessível cobrado e o alcance da educação a distância, contribui para explicar a grande adesão das camadas populares nessa modalidade de ensino. Através da EAD o ensino superior alcançou cidades interioranas brasileiras, como por exemplo:

Coari no interior do Amazonas; Cruzeiro do Sul e Feijó no interior do Acre; São Félix do Xingu e Xinguara no interior do Pará; Colinas do Tocantins e Gurupi no interior do Tocantins; São Miguel do Araguaia no interior de Goiás; São João do Paraíso e Almenara em Minas Gerais; Xique Xique e Irecê no interior da Bahia e tantas outras dezenas de cidades de difícil acesso (CORTINHAS, 2008, p. 8).

Outro exemplo é o Distrito de União Bandeirantes situado a 160 km da capital Porto Velho, com aproximadamente 15 mil habitantes e economia baseada no extrativismo e na agropecuária. A localidade é carente de infraestrutura básica, o abastecimento de energia elétrica é proveniente de gerador à diesel, não possui água encanada, telefonia móvel, transporte público e não dispõe de instituições de ensino superior. A alternativa encontrada pelos estudantes para suprir a necessidade de ensino superior, foi a EAD a qual tem contribuído para o acesso ao ensino de qualidade, proporcionando melhoria profissional, financeira e conseqüentemente da qualidade de vida (LOUREIRO, 2014).

Silva (2011), ressalta que os recursos tecnológicos chegam as mais diversas regiões com agilidade, criando um bom suporte aos estudantes que desejam se beneficiar do ensino e qualidade dos grandes centros. As TICs caracterizam-se como uma das mais abertas vias para a perspectiva da inclusão, apresentando à educação a distância como uma ferramenta relevante no processo de construção de políticas públicas inclusivas de educação no Brasil. A informática representa um suporte para melhorar as condições de vida do aluno e vai além de uma definição simbólica, ultrapassa os obstáculos, permitindo que as pessoas mais distantes e as mais próximas geograficamente, interajam e aprendam, aproveitando um mesmo ambiente e tempo virtual na construção do seu conhecimento (HERMIDA, 2006; MATIAS-PEREIRA, 2008; SOUSA, et al., 2011).

A interação proporcionada pela educação a distância colabora para o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipe, cultivando em cada um, o sentimento de pertencimento a um grupo, diminuindo a sensação de isolamento (LOBATO et al., 2015). O papel da tecnologia na educação inclusiva é facilitar o acesso dos estudantes ao conhecimento, de acordo com as necessidades e possibilidades locais de cada região. Para que a educação a distância seja mais expressiva, ela deve objetivar o progresso da sociedade, compondo-se como uma prática social pautada em princípios filosóficos que visem à construção do conhecimento, da autonomia, do empoderamento e da consciência crítica do educando (HERMIDA, 2006). Desta forma, o uso das TICs deve ser feito num ponto de vista humanista de educação para o desenvolvimento, para a solidariedade e para a cidadania (PAULO; TIJIBOY, 2005).

Atualmente, a região Sudeste é a que abriga o maior número de instituições que oferecem EAD no Brasil (53%). O Nordeste tem o segundo maior grupo de alunos, seguido pela região Sul (MATIAS-PEREIRA, 2008). A oferta de cursos presenciais é muito maior (94,15%) do que de cursos a distância (5,85%) e a maioria desses cursos é ofertado por instituições privadas e com fins lucrativos (LIMA, 2014).

Recentemente foi lançado, o programa Internet para Todos, criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do Governo Federal, que levará internet banda larga a preços reduzidos ou de forma gratuita para municípios brasileiros. O intuito do programa é democratizar o acesso à internet buscando a inclusão social e digital.

O Ministério da Educação (MEC), publicou uma portaria que regulamenta o Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, e ajudar o país a atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 a 24 anos (BRASIL, 2017).

Com ampliação do sistema de educação superior a distância por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as novas políticas educacionais de acesso à educação superior via EAD, bem como, a preocupação com a qualidade dos cursos e materiais são alguns dos exemplos de que a EAD é uma modalidade que pode cumprir a função de levar maior inclusão educacional superior no Brasil (SANTOS, 2006).

Dentro desse contexto, é crucial que o Estado, em harmonia com a sociedade organizada, seja capaz de estabelecer políticas de educação sólidas, capazes de gerar estímulos necessários para oferta educação de boa qualidade para a população, tanto nos níveis presencial como a distância. O poder público deve promover e fiscalizar a implantação da acessibilidade, inclusive a acessibilidade tecnológica, para que não haja exclusão de nenhum cidadão, contribuindo dessa forma para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MATIAS-PEREIRA, 2008; SOUSA, et al., 2011).

Nesse sentido, é de suma importância que o governo continue a estimular e fomentar o aumento de vagas de EAD, principalmente no setor público e nas regiões mais carentes do nosso país. A oferta de cursos superiores tanto na modalidade presencial quanto a distância não pode ficar refém do mercado, mas deve atender as necessidades sociais, visando promover o aprimoramento de cada cidadão, o desenvolvimento econômico, e uma sociedade mais democrática e igualitária (LIMA, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, constatou-se que o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação, proporciona a difusão social da informação e transmissão de conhecimentos à sociedade, podendo ser um poderoso meio de melhorar a qualidade

educacional e ampliar as possibilidades de acesso ao ensino. As TICs se caracterizam como uma das mais abertas vias para a perspectiva da inclusão. Seu uso aliado à EAD oferece a oportunidade de estudar e interagir, independentemente do local onde está o estudante, derrubando barreiras geográficas e possibilitando uma boa formação profissional, oportunizando ao aluno estudar sem sair de casa, no tempo disponível, sem necessidade de deslocamento e sem gastos com transporte, com mensalidades acessíveis, beneficiando aqueles que moram em regiões distantes, que trabalham e também aqueles que possuem necessidades especiais, respeitando o ritmo de aprendizagem e as necessidades de cada estudante, seja ela física ou cognitiva. Verificou-se também, que se faz necessário maiores investimentos por parte dos governos, no sentido de estabelecer políticas de educação sólidas, capazes de provocar o encorajamento necessário para oferta de ensino de boa qualidade, tanto nos níveis presencial como a distância, possibilitando a implantação da acessibilidade tecnológica, bem como o preparo de professores, para o acesso à educação seja assegurado a todos os cidadãos.

DIGITAL TECHNOLOGIES APPLIED TO DISTANCE EDUCATION: IN SEARCH OF MORE INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT

One of the main characteristics of Brazilian society is the disparity of social and educational opportunities. In this sense, distance education, allied to Information and Communication Technologies (ICTs), represents an innovation to address some of the shortcomings in education related to access to schooling. Within this context, the objective of this work was to evaluate how the digital technologies applied to EAD can contribute to a more inclusive education for the less privileged social strata. It was found that the use of ICTs in distance education offers the opportunity to study and interact, enabling a good professional formation, breaking down geographical barriers and benefiting those living in distant regions. It is also perceived that the use of ICT provides the social diffusion of information and transmission of knowledge to society and can be a powerful means of improving quality and expanding the possibilities of access to education.

Keywords: distance education; digital technologies; social inclusion.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 09/01/2001. **Plano Nacional de Educação 2001-2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Referenciais para elaboração de material didático para EAD no Ensino Profissional e Tecnológico**. Brasília. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Educação a distância: MEC atualiza regulamentação de EAD e amplia a oferta de cursos**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/50451-mec-atualiza-regulamentacao-de-ead-e-amplia-a-oferta-decursos>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CORTINHAS, M. S.-U. Educação a Distância No Ensino Superior: Reflexões Sobre O Processo De Inclusão/Exclusão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE: Comunicação e Tecnologia. 2008. p. 2935- 2945. Disponível em:<http://www.isad.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/326_181.pdf>. Acesso em: 13 Mar. 2018.

COSTA, B. M. D.; COSTA, P. V. D.; JESUS, E. M. **Educação inclusiva**. 2013.

COSTA, L. M. F.; OLIVEIRA, A. S. G. DE. **O lugar da educação a distância no plano nacional de educação (2011-2020)**. 2011.

DALLABONA, K. G. **Inclusão de deficientes visuais no curso superior na educação a distância**. INDAIAL, SC. 2011.

DORNELLES, R. J. **A utilização de tecnologias de Internet na educação a distância: o caso de uma disciplina de graduação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2001. 105 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

FRANCO, S. R. K.; CIGOLINI, M. P.; CASTRO, M.; STOFFEL, A. Aprendizagem na educação a distância: caminhos do Brasil. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. 2009.

HERMIDA, J. F. A educação a distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR**, Campinas, 2006, p.166-181.

LIMA, D. C. B. P. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – educação a distância na educação superior**. Projeto NCNE/UNESCO 914 BRZ1142.3: Produto 1. 2014.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M.M.M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2009.

LOBATO, M. C. A.; GERALDINI, A. F. S.; CUNHA, A. L. A. **Educação a distância: particularidades e desafios**. Belém: AEDI, 2015.

LOUREIRO, M. F. F. **A educação a distância como instrumento para o alcance da qualidade de vida: um estudo com os discentes do curso de pedagogia de União Bandeirantes-RO**. 2014. 149 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - RO. 2014.

LUZ, L. Mulheres e EAD: uma análise de gênero sobre o perfil dos (as) acadêmicos (as) na Educação a Distância no Brasil. **Maiêutica**, v. 1, n. 1, p. 95-100, 2012.

MATIAS-PEREIRA, J. Políticas públicas de educação no Brasil: a utilização da EAD como instrumento de inclusão social. **Journal of Technology Management & Innovation**. V. 3. 2008. 12 p. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3680/1/ARTIGO_PoliticaPublicaEduca%20C3%A7%C3%A3oBrasil.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

MENDES, A.; LIMA, L.; BENARROSH, P.; et al. A relação histórica da educação a distância com a inclusão social eo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. **Anais da Semana ...**, p. 1–9, 2011. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/semanaeduca/article/viewArticle/106>>.

MORAN, J. **O que é educação a distância**. Novos caminhos do ensino a distância. CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI: Rio de Janeiro, ano 1, n.5, 1994. Atualizado em 2002. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

MUGNOL, M. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 9, n. 27, 2009, p. 335-349. Disponível em:
<<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2738&dd99=pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2016.

PAULO, C. A.; TIJIBOY, A. V. Inclusão digital de pessoas da terceira idade através da educação a distância. **CINTED-UFRGS: Novas Tecnologias na Educação**. V. 3, nº 1, 2005.

RODRIGUES, L. M. B. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. Educação a distância e formação continuada do professor. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 4, p. 615-628, Out.-Dez. 2012.

SANTOS, A. I. Recursos educacionais abertos: novas perspectivas para a inclusão educacional superior via EAD. In: **Perspectivas Internacionais em Ensino e Aprendizagem Online - debates, tendências e experiências**. São Paulo, Editora Libra Três, 2006, p. 35-41.

SANTOS, M. F. S.; OLIVEIRA, M. S. **Interação e comunicação em educação a distância**. Rio Grande do Norte. 2011.

SILVA, F. S. EAD e Inclusão Social: Desafios e Possibilidades no Cenário Brasileiro. In: **II ENINED - Encontro Nacional de Informática e Educação**. Foz do Iguaçu, PR. 2011. 10 p.

SILVA, S. C. DA. A educação a distância contribuindo para a uma educação inclusiva. p. 1–10, 2009.

SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. C S. C.; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SOUZA, N. J. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Revista Análise**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2005, p. 87-112. Disponível em: <

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

VIANNA, J. A. Educação a distância, inclusão e mobilidade social. **Revista Inter Science Place**. Ano 2, n. 5. 2009. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/viewFile/47/46>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

VIDAL, E. M.; MAIA, J. E. B. **Introdução à educação a distância**. Editora RDS. 2010. 24p. Disponível em: <www.uece.br/cev/index.php/arquivos/doc_download/68-texto3>. Acesso em 03 Ago. 2016.

Recebido em 05 de outubro de 2017. Aprovado em 28 de fevereiro de 2018.